

PARQUE EÓLICO SOBRADINHO LTDA.

CNPJ (MF) Nº 10.744.716/0001-57

1/2

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores cotistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais de 2017 e 2016. Colocamo-nos à disposição dos Senhores cotistas para esclarecimentos porventura necessários. Cataguases 23 de março de 2018.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em reais)

Ativo	Notas	2017	2016	Passivo	Notas	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	33.264	4.788	Fornecedores	8	140.493	9.770
Tributos a recuperar	5	170.028	139.632	Impostos e contribuições sociais	9	15.458	3.241
Outros créditos		13.127	13.636	Obrigações estimadas		8.565	5.808
				Benefícios a empregados		1.878	1.100
				Outras contas a pagar		5.851	2.612
Total do circulante		216.419	158.056	Total do circulante		172.245	22.531
Não circulante				Não circulante			
Imobilizado	6	793.306	791.554	Benefícios a empregados		5.598	4.103
Intangível	7	2.634.334	1.877.847	Total do não circulante		5.598	4.103
				Patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital			
Total do não circulante		3.427.640	2.669.401	Capital social	11	7.576.809	6.701.809
Total do ativo		3.644.059	2.827.457	Prejuízos acumulados		(4.888.012)	(4.770.783)
				Outros resultados abrangentes		(4.956)	(5.203)
				Total do não circulante		2.683.841	1.925.823
				Recursos destinados a futuro aumento de capital	10	782.375	875.000
				Total patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital		3.466.216	2.800.823
				Total do passivo e patrimônio líquido		3.644.059	2.827.457

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Recursos destinados a futuro aumento de capital	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2016		4.101.809	(4.654.328)	-	-	2.506.000
Recursos destinados a futuro aumento de capital	10	-	-	-	94.000	-
Aumento de capital conforme 8ª alteração contratual	11	2.600.000	-	-	(2.506.000)	94.000
Prejuízo do exercício	13	-	(116.455)	-	-	(116.455)
Outros resultados Abrangentes		-	-	(5.203)	-	(5.203)
Recursos destinados a futuro aumento de capital	10	-	-	-	781.000	781.000
Saldos em 31 de dezembro de 2016		6.701.809	(4.770.783)	(5.203)	875.000	2.800.823
Aumento de capital conforme 10ª alteração contratual	11	875.000	-	-	(875.000)	-
Prejuízo do exercício	13	-	(117.229)	-	-	(117.229)
Outros resultados Abrangentes		-	-	247	-	247
Recursos destinados a futuro aumento de capital	10	-	-	-	782.375	782.375
Saldos em 31 de dezembro de 2017		7.576.809	(4.888.012)	(4.956)	782.375	3.466.216

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Parque Eólico Sobradinho Ltda ("Empresa"), tem por objetivo principal a produção de energia de origem eólica, manutenção de redes de distribuição, transmissão, distribuição, e comércio de energia elétrica. A Empresa possui sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. Em 31 de dezembro de 2017, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia de continuar operando. Desta forma, as presentes demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade dos negócios. "Baseamos nossa conclusão nas expectativas em relação ao futuro, as quais são consistentes com os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais e planos estratégicos e de investimentos." Os sócios cotistas apreciaram e autorizaram a conclusão destas demonstrações financeiras em reunião da diretoria em 23 de março de 2018. A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa e são apresentadas em reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

3. ADOÇÃO DOS PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo CPC e IASB - CPC Comitê de Pronunciamentos Contábeis e IASB International Accounting Standards Board: Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: períodos anuais com início em ou após
CPC48/IFRS 9	Instrumentos financeiros	1º de janeiro de 2018
CPC47/IFRS 15	Receitas de Contratos com clientes	1º de janeiro de 2018
Esclarecimentos à IFRS 15	Receitas de Contrato com Cliente emitida em 12 de abril de 2016.	1º de janeiro de 2018
Alterações ao CPC 10 (R1) / IFRS 2	Pagamentos baseados em ações	1º de janeiro de 2018
Alterações ao CPC11/ IFRS 4	Aplicação do IFRS 9 Instrumentos financeiros com o IFRS 4 Classificação dos contratos	1º de janeiro de 2018
Alterações ao CPC28/ IAS 40	Transferências de propriedade de investimentos	1º de janeiro de 2018
IFRS 16	Leases (Arrendamentos)	1º de janeiro de 2019
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2021
Alterações à IFRS 10 e IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Associada ou Joint Venture	Adiado indefinidamente

A Empresa não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Os principais impactos da adoção das novas normas e interpretações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018 são os seguintes: **(i) IFRS 9/CPC 48 Instrumentos Financeiros:** Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros), que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de hedge, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade de hedge, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas. A Empresa planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará representação de informações comparativas. Em 2017, a Empresa realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis que pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas à Empresa em 2018, quando passará a adotar a IFRS 9. **(a) Classificação e mensuração:** A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. A IFRS 9 simplifica o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabelece três categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI) e ao valor justo por meio do resultado (VJR), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Para os passivos financeiros, não há alterações significativas em relação aos critérios atuais, exceto pelo reconhecimento de alterações no risco de crédito próprio (OCI) para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado. A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. **(b) Redução ao valor recuperável:** A IFRS 9 introduz um novo modelo de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, ou seja, o modelo de perda de crédito esperado, que substitui o modelo utilizado de perda incorrida. A Empresa aplicará a abordagem simplificada e registrará novas esperadas durante toda a vida em todos os créditos. Desta forma, a aplicação dos novos requisitos pode levar a uma aceleração no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros, principalmente na conta clientes. Esta nova forma de reconhecimento exigirá um julgamento sobre as mudanças em fatores econômicos que afetam

as perdas esperadas de créditos. A avaliação inicial efetuada pela Empresa não indica alterações relevantes na provisão para perdas por redução ao valor de recuperação dos seus principais ativos financeiros em função da adoção do IFRS 9. **(c) Contabilidade de hedge:** De acordo com a prática atual, uma cobertura deve ser altamente efetiva, prospectiva e retrospectiva, enquanto a IFRS 9 vem introduzir um modelo novo e menos restritivo ao hedge, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco. O novo modelo altera os critérios de comprovação de relacionamentos de hedge. **Divulgação:** A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Empresa incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais e a Empresa está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos. **Transição:** As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir: - A Empresa irá aproveitar a isenção que lhe permite não representar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018. **(ii) Outras alterações:** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa, que segue: • Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016; • Alterações à IFRS 1 e a IAS 28; • Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações; • ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiamento. - IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda; • Transações em moeda estrangeira e adiamento. Com relação à IFRIC 23; • Incerteza sobre tratamentos de imposto de renda, análise com maior profundidade será realizada para identificar impactos a partir de 1º de janeiro de 2019. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **3.2 Resumo das principais práticas contábeis:** As políticas contábeis detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Caixa e equivalentes de caixa** – abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras, com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo; **b. Instrumentos financeiros** - todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Empresa e são mensurados inicialmente pelo valor justo quando aplicável e após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação; Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Empresa são: caixa, equivalentes de caixa e outros créditos; Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores e impostos a recolher; **c. Imposto de renda e contribuição social** - o imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. **d. Imobilizado** – Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício; e. **Intangível** - os ativos intangíveis compreendem os gastos incorridos no projeto de construção da central eólica, esses ativos são amortizados a partir da entrada em operação comercial do empreendimento até a data final da amortização (35 anos); **f. Resultado** - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização; e **g. Demais ativos e passivos circulantes e não circulante** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO MERCADO ABERTO

Descrição	2017	2016
Caixa e depósitos bancários à vista	33.264	4.788
Total caixa e equivalentes de caixa (1)	33.264	4.788

(1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

5. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2017	2016
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	10.729	10.729
PIS/COFINS	158.294	127.899
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	1.005	1.004
Total - circulante	170.028	139.632

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e/ou recolhimentos de impostos e contribuições a maior, que serão recuperados ou compensados com apuração de tributos no futuro, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em reais)

	Notas	2017	2016
Despesas operacionais			
Pessoal		(76.567)	(67.840)
Serviços de terceiros		(35.832)	(31.527)
Outros		(5.676)	(19.392)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		(118.075)	(118.759)
Receitas financeiras	12	2.449	3.812
Despesas financeiras	12	(1.603)	(1.508)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		846	2.304
Prejuízo do exercício		(117.229)	(116.455)
Prejuízo básico e diluído por cota R\$	13	(0,02)	(0,02)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em reais)

	Notas	2017	2016
Prejuízo do exercício	13	(117.229)	(116.455)
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes		(4.956)	(5.203)
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos		(122.185)	(121.658)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em reais)

Atividades operacionais	Notas	2017	2016
Prejuízo do exercício	13	(117.229)	(116.455)
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) de impostos a recuperar		(30.396)	(49.683)
Diminuição de outros créditos		509	18.847
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento (diminuição) de fornecedores		130.723	(156.278)
Aumento (diminuição) de tributos e contribuições sociais		12.217	(25.431)
Aumento (diminuição) de obrigações estimadas		2.757	(324)
Aumento (diminuição) de outras contas a pagar		5.759	(22.630)
Caixa gerado (consumido) nas atividades operacionais		4.340	(351.954)
Atividades de investimentos			
Aplicações no imobilizado e intangível	6 e 7	(758.239)	(644.475)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(758.239)	(644.475)
Atividades de financiamento			
Aumento de capital	11	-	94.000
Recursos destinados a futuro aumento de capital	10	782.375	875.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		782.375	969.000
Variação líquida do caixa		28.476	(27.429)
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	4	4.788	32.217
Caixa mais equivalentes de caixa finais	4	33.264	4.788
Variação líquida do caixa		28.476	(27.429)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em reais)

Geração do valor adicionado	Notas	2017	2016
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, serviços de terceiros e outros		(36.226)	(31.527)
Outros custos operacionais		(5.282)	(19.392)
Valor adicionado bruto		(41.508)	(50.919)
Valor adicionado líquido produzido		(41.508)	(50.919)
Receita financeira	12	2.449	3.812
Valor adicionado a distribuir		(39.059)	(47.107)
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		76.567	67.840
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	12	1.603	1.508
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízo do exercício	13	(117.229)	(116.455)
Total		(39.059)	(47.107)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. IMOBILIZADO

	Saldos 2016	Adição	Saldos 2017
Imobilizado em curso – Projeto.	791.554	1.752	793.306
Total	791.554	1.752	793.306
	Saldos 2015	Adição	Saldos 2016
Imobilizado em curso – Projeto.	754.484	37.070	791.554
Total	754.484	37.070	791.554

7. INTANGÍVEL

	Saldos 2016	Adição	Saldos 2017
Imobilizado em curso – Projeto.	1.877.847	756.487	2.634.334
Total	1.877.847	756.487	2.634.334
	Saldos 2015	Adição	Saldos 2016
Imobilizado em curso – Projeto.	1.270.442	607.405	1.877.847
Total	1.270.442	607.405	1.877.847

8. FORNECEDORES

	2017	2016
--	------	------